

# Uma militância encarnada desde as Alagoas

## An embodied militancy from Alagoas

**Resenha:** MOURA, Anderson Vieira. **O partido dos operários:** comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961). Rio de Janeiro: Autografia, 2023.

**Palavras-chave:** PCB; trabalhadores urbanos; Alagoas.

**Keywords:** PCB; urban workers; Alagoas.

Caio Giulliano Paião\*

**E**M ARTIGO publicado em 1997, e recentemente recuperado numa coletânea de textos, Marco Aurélio Garcia apontou para a importância das militâncias na elaboração de uma história da ação política. Partindo de George Haupt e Perry Anderson, o historiador frisava a necessidade de um espaço específico para a análise do fenômeno da militância que, vinculando partido e ação política, considerasse em seus programas os contextos nacionais e internacionais dentro dos quais se movem, as tradições culturais, as mutações de suas bases sociais etc. Os estudos sobre partidos políticos não deveriam escapar da agência de suas militâncias, de seus grupos dirigentes, dos procedimentos e dos “rituais” internos. Afinal,

os militantes são pessoas concretas, homens e... mulheres, com valores estéticos, convicções políticas, influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de “determinações” que incidem na forma pela qual “aplicarão” a “linha” do partido na sociedade, seja através de um discurso, de um panfleto, de outras formas de *agit-prop* ou de uma ação violenta, armada.<sup>1</sup>

O autor criticava o assento dado a uma militância formada por indivíduos abstratos, espécie de autômatos abastecidos por uma “consciência de classe” e/ou por emanções das

\* Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: caio\_giulliano@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2204-5931>.

1 GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. In: **Notas para uma história dos trabalhadores:** contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos. São Paulo: IMAG/Perseu Abramo, 2019. p. 601.

diretrizes políticas dos partidos. Ao contrário, que a militância esteja encarnada em sujeitos históricos com agências e escolhas próprias na construção de suas trajetórias políticas. Marco Aurélio Garcia encontraria suas lições aplicadas à risca em *O partido dos operários: comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)* do historiador Anderson Vieira Moura.

Fruto de sua dissertação de mestrado defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, o livro apresenta as ações e as relações político-sociais tecidas entre a seção estadual do PCB – o Partido Comunista do Brasil (desde 1922) e depois Partido Comunista Brasileiro (a partir de 1958) – e a classe trabalhadora urbana de Alagoas. É aí que temos a originalidade do estudo: o processo de consolidação das bases do partido é visto de dentro das sedes dos sindicatos e orientado pelas necessidades concretas e imediatas da classe trabalhadora em seu cotidiano de vida e trabalho, ou seja, encontramos as peculiaridades que fizeram do PCB o legítimo “partido dos operários” em Alagoas. Outrossim, o livro revela as contradições inerentes às atividades do partido, com apartes e alianças com adversários políticos – como a UDN; as permanências internas das velhas formas de fazer política das oligarquias tradicionais; a apropriação do discurso de modernização como forma de melhoramento das condições de vida e trabalho do operariado etc. Temos em mãos uma boa dose de pesquisa empírica expressa em escrita elegante e fértil de dados e contextualizações.

Moura nos conduz pelas sendas do jogo político e das repressões promovidas pelas elites oligárquicas locais enquanto desembaraça o mito de que o PCB não encontrava apoio entre os trabalhadores. Trata-se de pesquisa exemplar sobre uma seção estadual de partido, o que nos leva à avaliação dos rumos próprios encaminhados pela militância, em larga medida, a despeito das diretrizes mais gerais e genéricas do Comitê Central. Tomar o PCB apenas por atuações nos eixos mais abordados pela historiografia seria perder, e muito, a dimensão particular dos conflitos e das resoluções vividos na esfera local. Moura empenha-se em demonstrar: as características do teatro político local obrigaram os militantes a adaptarem e (re)criarem sua forma de fazer política, segundo suas próprias experiências, ao mesmo tempo em que fez do PCB o representante da classe trabalhadora, tanto de Maceió como de municípios do interior.

O cenário apresentado pelo autor dialoga com pontos centrais para quem pesquisa a circulação de ideias políticas e libertárias em largas distâncias: a transformação dessas ideias durante seu trânsito e sua acolhida adaptada conforme anseios dos receptores. Nesse sentido, o livro de Moura contribui para pensarmos que a expansão de um partido ou grupo político em diferentes realidades (geográficas, sociais, culturais, étnicorraciais, de gênero etc.) não se dá de forma gratuita, muito menos homogênea. Essa avaliação coaduna com a produção historiográfica que não toma grandes centros econômicos e políticos como os únicos recortes representativos da história do Brasil. No livro há inclusive uma abordagem apropriada dos esforços da militância alagoana em não se restringir

geograficamente, valorizando contatos, e até a participação ativa, de comunistas de outros estados, especialmente os de Pernambuco – merece destaque o uso como fonte das memórias de Gregório Bezerra. Ou, ainda, a estratégica atuação de marítimos e portuários em dinamizar informações e publicações úteis à causa operária, pela orla de Maceió e pelas rotas fluviais para o interior.

O recorte temporal compreende o fim do Estado Novo (1945) e o advento do golpe civil-militar de 1964. Abarca, portanto, um período de efervescência das ações políticas da classe trabalhadora e que embasou as medidas adotadas pelas classes dominantes para dar musculatura à ditadura posterior. Mas, Moura observa que, em Alagoas, a ação política dos trabalhadores não é um produto exclusivo desse momento, pois recupera continuidades do movimento operário da Primeira República. O autor localiza a presença de lideranças do PCB advindas das fileiras anarquistas e socialistas, portanto, não opera com tempos estanques e autoexplicativos do período, considerando o processo histórico e o campo da memória de um passado de reivindicações e organizações operárias que conferia sentido às lutas daquele presente. Nesse sentido, Moura valoriza estudos de recortes progressos, dando sequência à historiografia social do trabalho de Alagoas, enquanto enriquece problemas e questões gerais e específicas do seu movimento operário numa longa duração.<sup>2</sup> Mas isso não quer dizer que o autor não apresente novo olhar sobre o “fazer-se” dessa classe trabalhadora, muito pelo contrário. É no bojo de suas experiências que a seção alagoana do PCB ganha contornos de especificidades, sem negligenciar o contexto nacional e mesmo internacional da militância comunista da época. Por conta desse passado de lutas é que entendemos como o PCB foi recepcionado e adotado como representante *pelos* classes trabalhadoras.

Ainda sobre a escolha do recorte, Moura exhibe estratégia exitosa para demarcar os períodos políticos que dão suporte para o tema central do livro: os governos estaduais de Arnon de Mello (1951-1956) e Muniz Falcão (1956-1961). O primeiro foi uma destacada liderança da UDN e representava as oligarquias rurais e uma direita conservadora, mas com ideias modernizantes. Na sua gestão estão os anos mais duros de repressão à classe trabalhadora e de perseguição aos comunistas. Estamos falando do pai do futuro presidente Fernando Collor, que ficou marcado também por protagonizar um tiroteio no Congresso, matando um colega senador em 1963. Esse misto de truculência com *performance* de masculinidade e modernização dava o tom do seu anticomunismo. Segundo o autor, convém notar que todo o esforço empreendido na campanha anticomunista sempre foi equivalente ao alcance da penetração do comunismo entre os trabalhadores. Para tanto, a Igreja católica foi um aliado crucial na busca por demonizar o comunismo entre a população. Já Muniz Falcão possuía uma visão progressista e reformista, similar ao que João Goulart

2 Faço destaque, por exemplo, para as pesquisas de Osvaldo Maciel, como: **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**: os gráficos de Maceió (1895-1905). Maceió: Edufal, 2009.

apresentaria anos depois. O seu governo caminhou no sentido oposto ao do antecessor, atraindo para si o contingente de trabalhistas, socialistas e comunistas. É justamente durante esse mandato que o PCB e seus militantes aproveitam a trégua da perseguição para expandir o alcance de suas propostas e alavancar candidaturas. Foi quando o jornal *A Voz do Povo* (órgão do partido produzido para os trabalhadores) também apresentou maior regularidade de publicação. Desse contraste, o autor deslinda os rumos tomados pela militância do PCB em momentos de maior repressão e de maior abertura de sua atuação.

Sobre a documentação analisada, encontramos jornais da “grande imprensa” e do movimento operário, livros de memórias, documentos oficiais e do Judiciário (especialmente os do Tribunal Regional do Trabalho). Moura elenca os autores e as autoras recorridos para tratos teórico-metodológicos, mas fornece subsídios para se pensar no alargamento de fontes para a história do trabalho e dos trabalhadores, não apenas para o contexto alagoano. É difícil não se identificar com os dilemas de pesquisa e das políticas de preservação documental enfrentados por Moura e narrados de forma oportuna como crítica à gestão pública de arquivos pelo Brasil. Mas o historiador assume sua função social e política para percorrer a contrapelo a documentação, a despeito das péssimas condições de acondicionamento. Nesse quesito, há destaque para o Memorial Pontes de Miranda da Justiça do Trabalho em Alagoas. Não fiquemos aqui em questões de más escolhas ou mero descaso, Moura elucida a dimensão de um projeto político com repercussões negativas na memória e na interpretação da história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil.

É justamente lidando com os processos lotados no Memorial que se pode demonstrar a não passividade dos operários alagoanos perante a Justiça do Trabalho. Os entraves para acessar esse tipo documental e a falta de ocupação desses arquivos pelos pesquisadores fazem a manutenção do argumento de “fragilidade” da classe trabalhadora, tanto em Alagoas quanto noutros estados. Esse argumento adquire feições ainda mais problemáticas com a ideia de que em estados “agrários” ou “rurais” as classes trabalhadoras seriam apáticas e suscetíveis à tutela política e social de coronéis e mandões de terras – a bem dizer, uma visão racializada do “atavismo social do campo” e um resquício do mundo da escravidão rural. O livro atesta que o trabalho com essas fontes ultrapassa o recolhimento de dados para pesquisas e se torna também um recurso para enfrentar visões pejorativas de que os trabalhadores não faziam ideia de como exigir direitos, algo dito à exaustão inclusive no processo de construção desses documentos. O uso dos processos trabalhistas é problematizado na parte final do livro.

Outro conjunto documental discutido que robustece a tese central do livro vem do jornal *A Voz do Povo*. Moura não trabalha o periódico como meio de informação de contexto ou estaciona a leitura no seu conteúdo. O “fazer jornalístico” encontra o “fazer político” da militância do PCB e seus vínculos profundos com o cotidiano das classes trabalhadoras. Estamos falando de um órgão do partido produzido pelas lideranças para consumo dos

trabalhadores, militantes e simpatizantes ao PCB. Mas isso não explica a função social atribuída ao jornal que, não apenas no título, queria veicular a “voz do povo”. O autor nos mostra um dos meandros mais importantes da tessitura das relações entre o PCB, os sindicatos e as classes trabalhadoras. Através do jornal, descobrimos que as demandas de seus leitores e leitoras ultrapassavam o eventual “doutrinação de classe”. Vemos como a seção alagoana do PCB recepcionou anseios concretos do operariado, não apenas salariais e referentes a direitos trabalhistas, mas sobre a distribuição de água e energia nos bairros, problemas de pavimentação, custos de transporte e alimentação e reclamações gerais sobre a vida dentro das fábricas – com destaque para o setor têxtil.

Isso explica, em parte, a frutífera relação do PCB com as discussões travadas nas sedes dos sindicatos, no chão de fábrica e, não menos importante, nas comunidades de bairros. Vale mencionar como as trabalhadoras e trabalhadores passaram a utilizar o jornal para tornar públicas as suas lutas e reivindicações, o que revela o conhecimento do seu alcance entre o operariado e mesmo entre os patrões. Dirigir-se à redação do jornal, propondo reportagens e chamando atenção dos jornalistas, configura uma astúcia política que demandava conversas e acordos coletivos, com total ciência das repercussões desse gesto. O trato com o jornal mostra como o PCB lidou com uma militância de pessoas reais com exigências concretas que passavam pelo seu “fazer-se” como classe, mas que buscavam uma maior humanização das relações sociais vividas no espaço urbano e em comunidade, antes de qualquer reducionismo abstrato sobre “consciência” ou supostas respostas à “doutrinação” do partido. Essa relação humanizada entre partido, sindicatos e trabalhadores/as realmente perturbou as elites políticas e proprietárias, principalmente quando passou a se cogitar os efeitos de seu espraiamento pelo campo. Daí as classes dominantes não hesitaram em alimentar o golpismo para brechar o desaguamento dessas ideias numa reforma agrária.

Logo que se tem o livro em mãos, desde a apresentação – escrita pelo historiador Magno Michell Braga – somos avisados de que o PCB não é abordado por Moura como uma “instituição descarnada”, mas formado por operários e intelectuais que agiram na defesa de suas demandas e aspirações, “muitas vezes fugindo das ‘deliberações’ do comitê central do partido e se aproximando das demandas reais da classe operária”. O trecho evocou-me o artigo de Marco Aurélio Garcia citado mais acima: Moura nos entrega uma militância *encarnada* (no vermelho do comunismo e sob a pele) na sua condição concreta de carne, ossos e sonhos. Tudo isso sem abandonar o escopo da ação política e partidária calcada a partir disso, isto é, o livro traz conclusões e aportes que se somam aos bons resultados obtidos pela história social do trabalho em termos de uma história social da política. Há rubros aprendizados para tomarmos desde as Alagoas.

Recebido: 15/03/2024

Aprovado: 16/04/2024